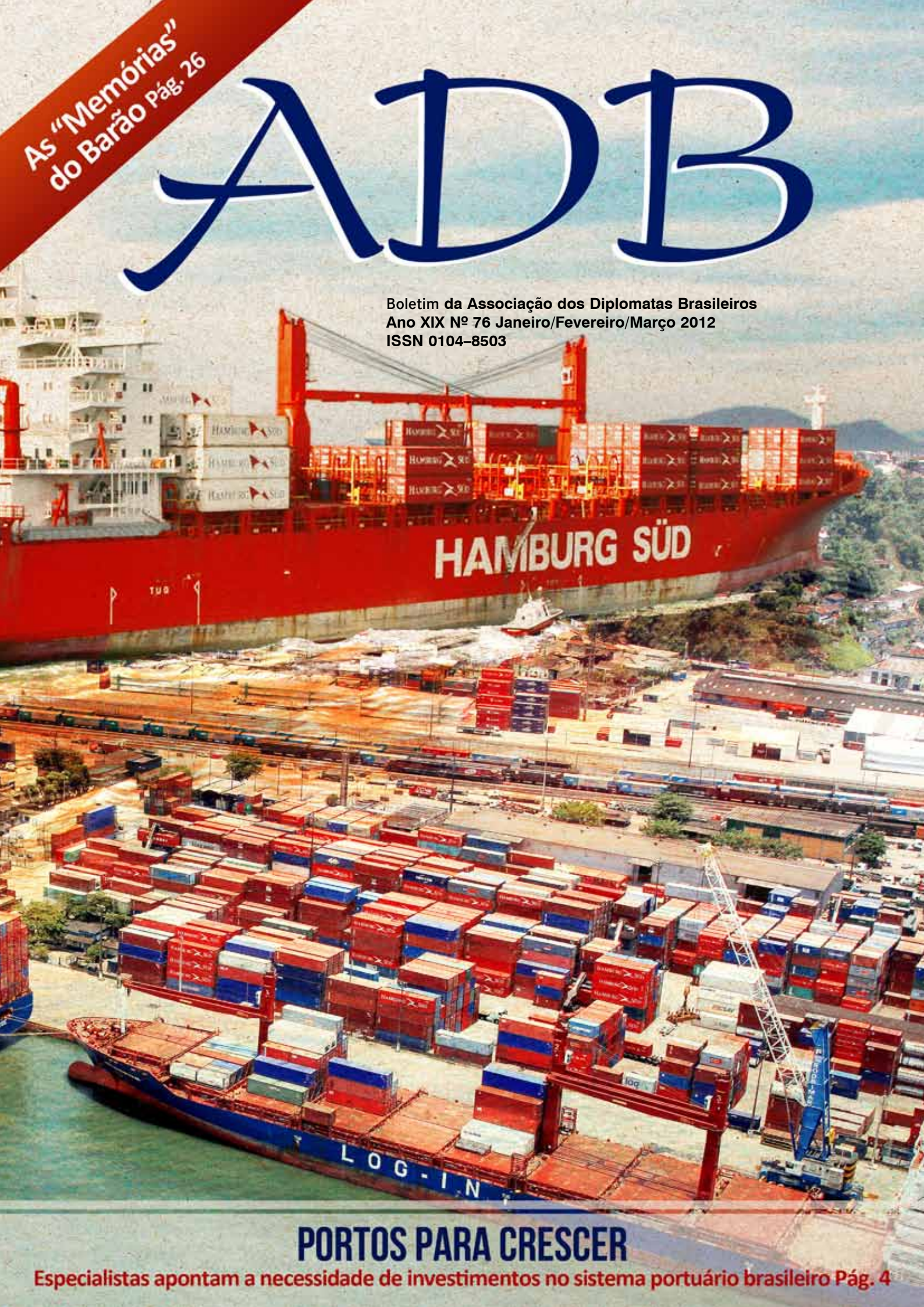
As "Memórias" do Barão Pág. 26

ADB

Boletim **da Associação dos Diplomatas Brasileiros**
Ano XIX Nº 76 Janeiro/Fevereiro/Março 2012
ISSN 0104–8503



PORTOS PARA CRESCER

Especialistas apontam a necessidade de investimentos no sistema portuário brasileiro Pág. 4

INFORMAMOS QUE O PREFIXO DAS LINHAS TELEFÔNICAS DO MRE MUDOU DE 3411, PARA 2030

Entre os elementos básicos da infra estrutura de transporte do Brasil encontra-se seu sistema portuário público, já bastante desenvolvido, mas que requer novos investimentos por parte do governo federal. O crescimento da economia brasileira assim o determina. Ao todo, estão previstos, pois, investimentos no valor de R$ 7,5 bilhões.

Apesar dos efeitos negativos da crise mundial, que afetam igualmente a China, os dados estatísticos da economia chinesa continuam apresentando cifras positivas elevadas. Segundo o Banco Mundial o PIB do gigante asiático deverá crescer 8,4% em 2012, uma queda de 0,8% em relação a 2011, quando houve aumento de 9,2%. Sob o título e trocadilho *Negócio da China*, trazemos matéria que diz respeito aos efeitos dessa queda para os interesses brasileiros no seu relacionamento comercial com aquele país.

No discurso que pronunciou por ocasião da abertura do ano do centenário do falecimento do Barão do Rio Branco, o senhor ministro de Estado, embaixador Antonio de Aguiar Patriota, destacou a seguinte frase do barão, como sempre tão sabiamente orientadora: "Precisamos ser cada vez mais sul-americanos e cada vez mais sintonizados com o momento vivido pelo conjunto da comunidade das nações". Com base nesta citação, o professor de História da Universidade de Brasília Carlos Eduardo Vidigal, doutor em Relações Internacionais, tece considerações que merecem atenta leitura.

Neste número do nosso **Boletim,** coube ao embaixador do Reino dos Países Baixos, Kees Rade, falar sobre as relações entre a Holanda e o Brasil e outros temas de interesse para ambos. No que tange ao volume e perspectivas de nossas relações bilaterais, bastaria mencionar que um quarto de todo o Investimento Estrangeiro Direto (IED) recebido pelo Brasil provém dos Países Baixos. Que país dinâmico e quantos resultados a copiar! Lamento que nas minhas andanças pela Europa só tenha tido a oportunidade de passar pela Holanda.

Que belo exemplo, num mundo frequentemente tão egoísta. Um grupo de jovens diplomatas criou o Fundo de Diplomacia Solidária, cuja meta é engajar colegas e amigos em ações para ajudar instituições e projetos que precisam de apoio. Desde dezembro de 2010, cinco projetos já foram executados e dois outros estão em fase de planejamento.

A Administração do Itamaraty precisa e precisará, cada vez mais, criar mecanismos operacionais de eficiência crescente para atender às necessidades de cuidados da saúde de seus funcionários – quaisquer que sejam seus níveis hierárquicos – em postos – hoje numerosos – cujas condições locais hospitalares são muito deficientes ou até mesmo assustadoras. Muito preocupado com o assunto, com toda razão, um grupo de jovens diplomatas formula um série de sugestões a respeito.

É com prazer que o **Boletim da ADB** acolhe matéria de autoria de diplomatas no início de suas carreiras. É o caso do interessante artigo do terceiro secretário Cláudio Luiz Nogueira Guimarães dos Santos, intitulado *O dilema "Wagner ou Verdi"e o perfil dos diplomatas brasileiros do futuro*.

Excelente *tour de force redacional* o do nosso (da ADB) vice-presidente, o ministro Paulo Roberto de Almeida, ao dar feição de "Memória" a uma quantidade de anotações esparsas do Barão do Rio Branco. O autor, que teve o cuidado de colocar uma nota preliminar mostrando o caminho seguido para elaborar essas "Memórias", dá provas, mais uma vez, de seu brilho intelectual. Que bela e historicamente instrutiva homenagem à memória do Barão do Rio Branco, no momento em que se celebra o primeiro centenário da morte do patrono da diplomacia brasileira.

Como de hábito, este número do **Boletim** termina com a tradicional seção *Prata da Casa*, de que é responsável, também, o ministro Paulo Roberto de Almeida.

Guy M. de Castro Brandão
Presidente da ADB

Sumário

Economia

8
A China continua crescendo, ainda que a crise esteja assustando Europa e EUA. Especialistas analisam os motivos.

América do Sul

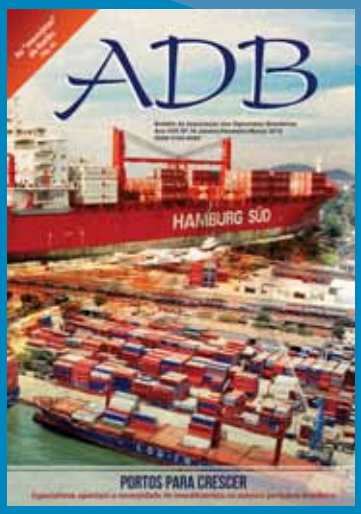
12
O professor Carlos Eduardo Vidigal defende maior integração do Brasil com seus vizinhos da América do Sul.

Entrevista

15
Conversamos com o embaixador da Holanda no Brasil, Kees Rade, que nos falou sobre investimento no nosso país, crise europeia e o ano da Holanda no Brasil.

Solidariedade

18
Jovens diplomatas se reúnem em atividades solidárias e promovem microrrevoluções.



Capa

4
Mesmo com investimento pesado nos portos, o Brasil ainda tem trabalho pela frente. Fizemos um raio x do setor para entede-lo melhor.

Segurança

21
Colhemos sugestões sobre como assegurar saúde e segurança aos diplomatas em postos de risco.

Artigo

24
Cláudio Luiz Nogueira Guimarães dos Santos disserta sobre a formação de diplomatas e a opção entre o generalismo e a especialização.

Memória

26
O ministro Paulo Roberto de Almeida transcreveu e modernizou alguns textos do Barão do Rio Branco e nos traz o capítulo de "memórias" sobre as eleições para presidente do Brasil, em 1910.

Prata da Casa

30
Entre as obras apresentadas na seção *Prata da Casa* desta edição estão *História do Brasil Nação: 1808-2010*, de Alberto da Costa e Silva (coord.); Rubens Ricupero (colab.) e *O Sexto Membro Permanente*: *o Brasil e a criação da ONU*, de Eugenio Vargas Garcia.

ESTÁ BOM, MAS SEMPRE PODE MELHORAR

Dragagem, incentivo fiscal, tecnologia: governo federal faz investimentos pesados em um dos setores mais importantes para a economia nacional. Mas especialistas apontam que ainda há muito trabalho pela frente.

Maior terminal da América Latina, o Porto de Santos bateu recorde de movimentação em 2011, quando operou 97,17 milhões de toneladas de carga. Esse número é 1,2% maior que a quantidade movimentada em 2010 – 96,02 toneladas –, que, por sua vez, foi 15,4% maior que a de 2009, quando o porto movimentou 83,1 milhões de toneladas de carga que entraram e saíram do Brasil.

Os portos de Paranaguá e Antonina, no Paraná, também tiveram movimento recorde em 2011. Foram 41 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 8% sobre o volume do ano anterior. Os principais itens movimentados por lá foram soja, veículos e fertilizantes.

Desde 2009, esses e outros portos públicos brasileiros têm apresentado resultados positivos no que se refere à quantidade de carga movimentada e eficiência da movimentação. O crescimento desse tipo de operação e de diversas melhorias na infraestrutura, supraestrutura e legislação portuária é consequência de uma série de ações promovidas pelo governo federal desde 2004.

Naquele ano, uma equipe interministerial apresentou os resultados da *Agenda Portos*, um extenso relatório sobre os gargalos e entraves existentes em 11 portos, responsáveis por 89% das exportações brasileiras – Aratu (BA), Itajaí (SC), Itaqui (MA), Paranaguá (PR), Rio Grande (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Santos (SP), São Francisco do Sul (SC), Sepetiba (RJ), e Vitória (ES).

studio58.com.br

Arquivo APPA

A dragagem que será realizada agora não dispensa as demais dragagens de manutenção e aprofundamento dos portos, que só poderão ser realizadas depois da emissão da licença de operação

REPORTO

A dragagem – aprofundamento e desobstrução dos canais de navegação e do cais – foi apontada na *Agenda Portos* como uma das ações mais urgentes para que o Brasil alcançasse o padrão portuário internacional. Um calado maior permite a atracação de navios com até oito mil contêineres, mais que o dobro da carga levada pelos navios que conseguiam entrar nos portos brasileiros antes da retirada de entulhos e pedras dos locais por onde as embarcações passam até chegar ao berço.

A possibilidade de atracamento de navios maiores e mais largos passou a exigir equipamentos mais modernos, capazes de alcançar contêineres localizados na borda oposta ao cais. A compra de novos instrumentos pelos operadores privados de portos públicos foi estimulada pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), medida de incentivo fiscal que prevê a isenção do pagamento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias de Serviços (ICMS).

A expectativa do governo federal é que os investimentos dos operadores privados cheguem a US$ 3 bilhões. Em dezembro de 2011, o Reporto foi prorrogado até o final de 2015 e passou a incluir entre os beneficiários empresas de dragagem e centros de treinamento profissional. Empresas do sistema ferroviário também estão incluídas no Reporto e têm incentivo fiscal para comprar locomotivas e outros equipamentos.

INVESTIMENTOS

A partir da análise relatada na *Agenda Portos*, dezenas de obras e ações necessárias para a modernização portuária do País foram incluídas nas duas edições do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. Em 2007, foi criada a Secretaria Especial de Portos, vinculada diretamente à Presidência da República, que concentrou e impulsionou as ações necessárias para modernizar a situação dos portos brasileiros. Ao todo, serão realizados investimentos de mais de R$ 7,5 bilhões em portos.

Nas ações previstas no PAC 1, o governo federal investiu R$ 1,6 bilhão no Programa Nacional de Dragagem (PND), R$ 1,8 bilhão em obras de melhoria da infraestrutura portuária e R$ 50 milhões para ações de inteligência logística. Os investimentos previstos para o período de 2011 a 2014, no âmbito do PAC 2, são da ordem de quase R$ 1 bilhão para o PND, de R$ 2,8 bilhões na infraestrutura portuária e de R$ 350 milhões em inteligência logística.

O PAC também prevê investimentos de R$ 898,9 milhões para a modernização dos sete portos brasileiros que receberão navios de passageiros como hotéis flutuantes durante a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Além da quantia prevista no PAC, o governo federal pretende investir outros R$ 740,7 milhões: serão R$ 36 milhões destinados a Salvador, R$ 21 milhões para o Recife, R$ 53,7 milhões para Natal, R$ 105,9 milhões para Fortaleza, R$ 119,9 milhões para Santos, R$ 314 milhões para o Rio de Janeiro e R$ 89,4 milhões para Manaus.

Ainda em março, a Secretaria Especial de Portos da Presidência

Fabio Scremim

O anúncio de obras de melhorias, ampliação e a realização da dragagem nos berços de atracação do Porto de Paranaguá estão motivando investimentos da iniciativa privada

da República (SEP/PR) divulgará o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), elaborado em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O trabalho avaliou todos os portos públicos e os planos diretores de 15 deles. Com base nessa análise, deverá apresentar um conjunto de propostas de ações de médio e longo prazos.

Essas ações permitirão a tomada de decisões para projetos nas áreas de infraestrutura, superestrutura e operações, logística e hinterlândia (regiões afastadas das zonas urbanas), economia e finanças, gestão e meio ambiente. Também está em fase de finalização o estudo da SEP/PR em cooperação com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) para a definição de um modelo institucional de gestão.

NEM TUDO SÃO FLORES

Para o diretor executivo da Agência T1, de notícias sobre logística, e ex-secretário de Política Nacional de Transportes, José Augusto Valente, apesar de o sistema portuário brasileiro atender eficientemente à demanda de movimentação da produção brasileira, ainda existem aspectos que precisam ser melhorados.

Um deles é a qualidade dos estudos ambientais e projetos de mitigação de impactos no meio ambiente elaborados pelas empresas que prestam serviços ou pretendem abrir portos privados. Segundo Valente, as empresas não investem em estudos adequados.

"O Brasil não pode ser como a China, onde eles não se importam com a questão ambiental. Se precisam fazer uma dragagem, chegam rasgando. Ninguém quer investir em estudos de impacto ambiental benfeitos e, principalmente, nas mitigações, que muitas vezes custam caro", explica o ex-secretário.

José Augusto Valente também aponta a desorganização da chegada das cargas nos portos, via caminhões ou ferrovias, como um dos maiores problemas que ainda precisa ser resolvido para que o funcionamento dos portos seja mais eficiente. Esse problema está estreitamente relacionado a outro entrave: a questão dos acessos aos portos.

Construídos em locais com condições naturais privilegiadas, a maior parte dos portos públicos brasileiros viu cidades crescerem desordenadamente ao seu redor. No Rio de Janeiro, os trens da empresa MRS passavam por um trecho de 1,5 km de favela, por onde precisava passar a 10 km/h para evitar acidentes envolvendo moradores e crianças que passavam pelos trilhos. A baixa velocidade dos trens tornava possível o roubo de cargas e atrapalhava

"O Brasil não pode ser como a China, onde eles não se importam com a questão ambiental. Ninguém quer investir em estudos de impacto ambiental benfeitos e, principalmente, nas mitigações, que muitas vezes custam caro"

Chico Ludermir

Visão aérea do porto Tecon Suape

a operação do porto. Em 2007, os governos municipal e federal promoveram conjuntamente ações para a remoção da favela e construção de um muro ao lado dos trilhos, o que facilitou o acesso ao porto.

Esse é apenas um exemplo das medidas que precisam ser tomadas para que linhas de transporte público urbano, trânsito, falta de locais para estacionamento de caminhões e outros problemas não continuem dificultando a chegada e saída de cargas dos portos.

O especialista em portos, logística empresarial e atual gerente de operações sênior do Tecon Suape, Severino Ayres, faz uma avaliação positiva do atual momento do desenvolvimento portuário brasileiro, mas acredita que o planejamento das vias de acessos aos portos, sejam rodoviárias ou ferroviárias, deveria ter sido feito antes de obras que aumentam a capacidade de movimentação dos portos. Ele acredita também que permitir que a iniciativa privada opere e invista na estrutura portuária é bastante positivo e que os governos deveriam ampliar a presença privada nos portos públicos.

PAC 1

- R$ 1,6 bilhão no Programa Nacional de Dragagem (PND)
- R$ 1,8 bilhão em obras de melhoria da infraestrutura portuária
- R$ 50 milhões para ações de inteligência logística

PAC 2 (2011 a 2014)

- R$ 1 bilhão para o PND
- R$ 2,8 bilhões na infraestrutura portuária
- R$ 350 milhões em inteligência logística
- R$ 898,9 milhões para a modernização dos sete portos brasileiros que receberão navios de passageiros como hotéis flutuantes durante a Copa de 2014 e as Olimpíadas em 2016

INCENTIVO FISCAL

- **3 bilhões**
- Previsão do governo de investimentos privados feitos por meio do Reporto.

Para o consultor em portos e logística da Eicomnor Engenharia João Poggi, a maior presença da iniciativa privada traria mais celeridade a projetos de modernização, pois os processos de licitação são muito lentos. “A Lei nº 8.666 cumpre sua função, mas também gera um entrave de tempo. Muitas vezes, quando esses processos se concluem, já estão fora do seu timing, já se perderam oportunidades boas no mercado internacional. A iniciativa privada faz investimentos com muita rapidez e dentro de avaliações econômico-financeiras de cada situação e cada negociação”, afirma.

LICITAÇÕES

Em fevereiro, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) publicou no Diário Oficial resolução que determina a licitação da operação de 77 terminais, espalhados por 15 portos. A decisão provocou controvérsias, pois os terminais foram arrendados antes de 1993, quando a legislação permitia que os contratos fossem renovados a cada dez anos. Naquele ano foi editada a Lei dos Portos, que instituiu a necessidade de licitação para as concessões para a iniciativa privada, de duração de até 50 anos. As licitações devem ser feitas até 2013.

NEGÓCIO DA CHINA

Enquanto Europa e Estados Unidos atravessam uma crise econômica profunda, a segunda maior potência do mundo estima crescimento de 8,2% em 2012

A China apresenta evolução de crescimento inédita, com uma população que responde a quase um sexto da densidade demográfica do planeta – aproximadamente 1,6 bilhão de pessoas. Nos últimos 30 anos, o país multiplicou seu produto per capita em 12 vezes, atingindo US$ 9 mil em 2011. Em termos comparativos, em 130 anos de história econômica, os Estados Unidos e a Europa Ocidental multiplicaram a mesma renda em cinco vezes.

Com tal velocidade de crescimento, a lógica, de acordo com especialistas em economia asiática, é que esse cenário seja acompanhado por grandes transformações estruturais. Além disso, o governo aposta em um processo de aceleração da industrialização que pretende tirar milhões de chineses da miséria, mesmo com a recessão dos mercados norte-americanos e europeus.

Para os economistas, a expectativa da política econômica para os próximos anos é que haja investimentos em moradias e infraestrutura, especialmente nas regiões central e oeste da China, que ainda são muito pobres, com um déficit de 75 milhões de residências – de acordo com informações dadas ao canal Globo News por Roberto Castello Branco, diretor de relações com investidores da Vale, empresa que mais exporta minérios para aquele país. Para isso, o governo lançou em 2010 um programa de moradias populares que já construiu 10 milhões de casas com 60m².

A previsão, no plano local, conforme pesquisa da Economist Intelligence Unit, é de que o crescimento de renda continue sustentando o consumo privado. O estudo indica também que a política monetária deve se manter rígida, ao passo que as pressões inflacionárias devem continuar acima das metas. Por exemplo, as taxas de juros possivelmente não serão abolidas sem que haja declínio extremo em outros países. As medidas restritivas no mercado imobiliário só devem acontecer a partir do primeiro trimestre deste ano.

www.sxc.hu

REDUÇÃO DO PIB

As projeções para 2012, no entanto, são de uma menor variação no Produto Interno Bruto (PIB), como consequência das poucas expectativas econômicas dos parceiros comerciais da Europa e América do Norte. O agravamento dessa crise afetará as exportações

do país, que poderá se voltar para nações em desenvolvimento.

Para 2012, conforme projetou o relatório do Banco Mundial divulgado em janeiro, o PIB do gigante asiático deverá crescer 8,4%, queda de 0,8% em relação a 2011, quando houve aumento de 9,2%.

De acordo com a pesquisa do Banco Mundial, as exportações para todo o mundo provenientes da China não devem ultrapassar os 4,7% neste ano. Para 2013, a estimativa é que esse valor diminua quatro décimos. Trata-se de percentual bem diferente dos 6,6% alcançados em 2011 e dos 12,4% em 2010.

Sobre a entrada de produtos em solo chinês, a Economist Intelligence Unit aponta que uma parcela das importações de mercadorias é usada para fabricar produtos que são consumidos internamente, e, a uma média de 13,4% ao ano, o crescimento das importações vai superar o das exportações entre 2012 e 2016.

SOBREVIVENDO À CRISE

Para o mestre em Ciência Política e Tecnológica pela Universidade de Brasília com foco em Comércio Internacional e Integração Regional Rafael Duarte, há uma diferença significativa entre a relação entre os mercados interno e externo da China. Segundo ele, as empresas estrangeiras que lá se instalam, geralmente, só podem produzir para exportar. "O mercado interno é abastecido, essencialmente, por empresas exclusivamente nacionais", diz.

Essa produção significativa se dá pela quantidade da massa trabalhadora chinesa. "Para se ter uma ideia, apenas 10% da mão de obra chinesa representam quase toda a população do Brasil", explica Duarte. Essa produção em massa reduz o valor unitário dos itens produzidos e, por outro lado, aumenta o consumo de matérias-primas. "A China se tornou responsável pela fabricação de produtos que requerem pouca especialização de mão de obra e, consequentemente, possuem menor valor agregado. É necessário produzir muito para se ter um lucro interessante", completa.

Para Silvio Miyazaki, essa parceria China-Brasil, se for leal, impulsiona a economia brasileira. "Nada melhor do que importar produtos mais baratos do exterior e alocar recursos positivos nos bens sobre os quais o Brasil tem maiores vantagens comparativas. Assim, é possível ter competitividade em outros mercados", argumenta

Duarte prevê, em curto e médio prazos, uma mudança do escoamento da produção, hoje focado principalmente nos Estados Unidos e na Europa, para países emergentes como Brasil, Índia, México e Rússia. "Mesmo assim, como em sua maioria são produtos de baixo nível tecnológico, mudanças sensíveis no rumo das exportações chinesas só serão percebidas se o atual quadro de crise econômica se estender por mais um ano", considera.

O doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP) Silvio Miyazaki, acredita que, se não fosse a demanda da economia chinesa, a recente crise econômica mundial possivelmente seria mais profunda. "Por outro lado, é preciso pensar qual o grau de vinculação que os países têm em relação à China, pois, se houver uma queda, aqueles extremamente dependentes poderão sofrer juntamente as consequências", estima.

BOLHA À VISTA?

Segundo Miyazaki, alguns economistas acreditam que esse cenário próspero chinês corresponde a uma bolha, principalmente no que diz respeito à construção civil. Para eles, esse boom na economia poderá explodir em médio e longo prazos, tal qual aconteceu no Japão, e se propagar por outros setores e pela economia mundial como um todo. "Um fato é evidente: o crescimento econômico chinês não será perpétuo", prevê.

Sobre essa possível queda do império chinês, o colunista do *The New York Times* Paul Krugman afirmou, em artigo publicado em dezembro de 2011, que as estatísticas apresentadas pelo governo são mais fictícias do que factuais. Para ele, o país tem investido de forma desgovernada em manufaturados, cujo principal comprador é o público norte-americano. "Com a demanda de consumidores de uma economia em declínio, o que, de fato, motiva todo esse investimento? A resposta é que esse fator está atrelado a uma bolha. Um cenário muito semelhante ao dos Estados Unidos em 2007", constata.

Krugman compara, ainda, as negociações bancárias do gigante asiático com as estadunidenses. "O crédito cresceu, mas grande parte não veio de bancos nem envolve empresas renomadas de Wall Street e um complexo instrumento financeiro, como no caso norte-americano", diz. Segundo ele, as transações têm acontecido sem supervisão, por meio de negociações bancárias pouco confiáveis, chamadas *shadow banking*. "Isso não me parece um governo maduro, que sabe o que está fazendo", conclui.

PARCERIA POSITIVA

Em relação à parceria econômica de Brasil e China, Rafael Duarte aposta em uma intensificação nas trocas comerciais entre os dois países. "O gigante asiático é extremamente dependente da produção de alimentos e insumos industriais do Brasil, que, por sua vez, tem crescente dependência dos produtos manufaturados chineses", ressalta.

Segundo ele, como o mercado interno brasileiro corresponde a um PIB de 80% a 90%, mesmo que as exportações chinesas aumentem, representarão menos de uma centena de bilhões. Ele explica que, com o desaquecimento das demandas de países desenvolvidos, a produção chinesa deverá diminuir, e com isso os preços das *commodities* tendem a cair. "Se isso vier a acontecer, pode acabar diminuindo a renda brasileira com a exportação desses produtos", considera.

No entanto, o economista aponta para o perigo do *dumping*. "Particu-

larmente em relação às importações que o Brasil faz da China, há vários casos em que houve comprovação dessa prática, assim como barreiras aos comércios de soja brasileira sob alegação fitossanitária", lembra.

Para Miyazaki, o ponto forte dessa parceria está na oportunidade de o governo e o empresariado nacionais começarem a prestar atenção maior aos instrumentos de política comercial que devem ser utilizados, incluindo a defesa comercial. "O certo é que ainda há muito a explorar e a pesquisar sobre a China, em particular sobre o leste asiático, no que tange às relações econômicas, políticas e internacionais."

BRASIL X CHINA

"O gigante asiático é extremamente dependente da produção de alimentos e insumos industriais do Brasil, que, por sua vez, tem uma crescente dependência dos produtos manufaturados chineses", ressalta o economista Rafael Duarte

www.sxc.hu

Comparar a China com o Brasil pode ser uma armadilha perigosa, segundo Rafael Duarte, pois se trata de um país que possui quase dez vezes a densidade demográfica brasileira. "A mão de obra é um elemento fundamental para se pensar a economia de um país", diz. Em 2007, 300 milhões de chineses foram retirados da linha de pobreza. Essa "pequena parcela" representa a totalidade da população norte-americana à época e pouco menos da metade da população verde-amarela.

Em termos de planejamento econômico, a China pode separar 10% de sua população para trabalhar no setor automobilístico, igual parcela para a construção civil e outro montante da mesma medida para qualificação no setor de indústria de alta tecnologia. "Significaria que ainda restam 1,4 bilhão de pessoas, aproximadamente, para o setor rural, de serviço, máquina pública etc.", especifica Duarte.

Porém, quando comparado em termos de competitividade, o Brasil possui uma força de trabalho mais qualificada, em média. Por isso, o valor da produção será sensivelmente maior. "Em um contexto econômico global, competir com a China nas mesmas bases de produção sentenciaria qualquer país à falência", enfatiza o economista Rafael Duarte.

Para o especialista, o ponto alto dessa parceria bilateral consiste na possibilidade de o Brasil buscar caminhos que privilegiem a fabricação do que requer fatores de produção em abundância nacional e importar apenas materiais cuja composição industrial necessite de produtos que são escassos no nosso país.

O Brasil e sua

Alex Amorim/www.sxc.hu

Carlos Eduardo Vidigal
é doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, onde é professor do curso de História

Precisamos ser cada vez mais sul-americanos e cada vez mais sintonizados com o momento vivido pelo conjunto da comunidade das nações

O chanceler Antonio de Aguiar Patriota destacou, em discurso de abertura do ano do Centenário do Barão do Rio Branco, no Palácio Itamaraty, a importância que o patrono da diplomacia brasileira atribuía às relações do Brasil com os países vizinhos. Entre as lições presentes em seu legado estaria a de que "precisamos ser cada vez mais sul-americanos e cada vez mais sintonizados com o momento vivido pelo conjunto da comunidade das nações". Esse duplo movimento, voltado simultaneamente para outras regiões do mundo e para nossa vizinhança imediata, conheceu, nos últimos anos, maior adensamento político e econômico.

A ênfase atribuída por José da Silva Paranhos Júnior, o Barão, à América do Sul, não foi mantida nas décadas seguintes, em razão das dificuldades internas vividas pelo País e da conjuntura internacional marcada pelas duas guerras mundiais e pela depressão econômica do entreguerras. Esses acontecimentos forçaram um relativo retraimento do país perante os grandes temas internacionais, sem que se abandonasse certo protagonismo nas conferências de paz. Em alguns momentos, as tensões internacionais trouxeram algum estranhamento com os países vizinhos, o que, no entanto, não afetou a cordialidade predominante em nossas relações bilaterais.

A partir da segunda metade da década de 1950 – com o lança-

circunstância

mento da Operação Pan-Americana (OPA) e com a Política Externa Independente (PEI), nem sempre convergentes em suas ideias e ações – a política exterior brasileira reencontrou-se com a América do Sul, embora, em geral, a incluísse na genérica denominação América Latina. O americanismo e latino-americanismo da OPA e o universalismo da PEI recuperaram as duas linhas mestras da época de Paranhos Júnior e sinalizaram para um padrão de conduta explicitado em alguns momentos como nos governos militares, no governo Sarney e, mais recentemente, nos governos Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Os governos militares, a despeito do retrocesso que o canto de sereia do autoritarismo provocou nas atividades políticas do país e das sistemáticas violações dos direitos humanos, uma tradição herdada, em boa medida, de nosso passado escravista, promoveram nas relações internacionais do país alguns avanços significativos, como aqueles que ocorreram nas relações com os países vizinhos. Representaram um ponto de convergência de algumas correntes de pensamento, particularmente a tradição geopolítica de Mário Travassos, o nacionalismo desenvolvimentista do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) criado em meados dos anos 1950, a dimensão latino e sul-americana da OPA, o universalismo e o autonomismo da PEI e o compromisso de alguns princípios do movimento responsável pelo golpe militar, como a construção de uma potência média.

O ponto alto dessa convergência simultânea de tradições e inovações foi, para o caso que aqui nos interessa, a criação de um conceito de integração sul-americana, proposto e aplicado pelo Brasil. O ministro Alarico Silveira Júnior, em meados de 1969, em conferência na Escola Superior de Guerra, sistematizou o que seria uma doutrina brasileira para a questão. Diplomatas e militares convergiam em torno da convicção de que mais cedo ou mais tarde os países da Amazônia chegariam a algum tipo de associação e o Brasil deveria antecipar-se, no sentido não apenas de aceitá-la, mas de conduzi-la, à luz de nossos princípios de segurança e desenvolvimento. A melhor maneira de realizar os desígnios do país seria a intensificação da assinatura de acordos bilaterais, objetivando a realização de empreendimentos conjuntos.

A política amazônica do Brasil somou-se, assim, à política platina, cujo marco ainda era naquela época o Encontro de Uruguaiana, entre Jânio Quadros e Frondizi, e seus 14 instrumentos de cooperação bilateral, abertos a outros países da região, ainda que o regime relutasse em admitir a importância das iniciativas anteriores ao golpe. A permanência dos valores de Uruguaiana permitiu maior fluidez nas negociações em torno do aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Prata e da assinatura de seu instrumento, o Tratado da Bacia do Prata, de 1969. Os dois movimentos diplomáticos convergiam, assim, para a construção do conceito de América do Sul, sustentado pela integração sob liderança do Brasil.

Na década de 1970, em meio às experiências socialistas na América Latina e às pressões em torno da Guerra Fria, às dificuldades econômicas derivadas do primeiro choque do petróleo, e às pressões em favor da redemocratização do país, o projeto sul-americano da política exterior brasileira conheceu altos e baixos, mas não saiu do horizonte da nossa chancelaria. Nesse sentido, o posicionamento brasileiro diante da Guerra das Malvinas fortaleceu a confiança entre Brasil e Argentina e abriu caminho para que, após a redemocratização de ambos os países, viesse a primeira aproximação mais consistente, por meio do Mercosul.

O Mercosul, na concepção dos governos Sarney e Alfonsín, deveria não apenas incrementar o comércio bilateral, mas avançar na direção de uma união aduaneira – que entrou em vigência em 1995 –, construir a interconexão entre os setores econômicos dos dois países, propiciar o ambiente para a tratativa de grandes temas políticos da região do Prata e da América do Sul e promover a construção da democracia e da cidadania. O projeto original, ambicioso em seus objetivos, conheceu relativo retrocesso nos anos de 1990, mas recuperou parte de seus objetivos não comerciais ao final da década.

O sucesso do Mercosul na década de 1990 foi inquestionável em termos comerciais, mas deixou a desejar em termos da criação de cadeias produtivas compartilhadas e de adensamento das instituições do bloco. O governo Fernando Henrique Cardoso, que enfrentou dificuldades no aprofundamento das relações com Buenos Aires sob o governo de Carlos Saúl Menem, promoveu uma inflexão nas diretrizes de seu governo e, em agosto de 2000, convocou a 1ª Reunião de Cúpula dos Países Sul-Americanos, ponto de partida para reuniões subsequentes que estiveram na origem da criação da Unasul.

Os desafios que se apresentam ao Brasil nos próximos anos podem ser resumidos em duas ações diplomáticas básicas: alimentar e fortalecer o Mercosul e a Unasul, sem criar atritos na Celac

Favorecido pela nova configuração política da América do Sul após 2003, o governo Lula da Silva priorizou a América do Sul em suas diretrizes de políticas exterior, alinhou o discurso político e econômico à Argentina de Kirchner, aproximou-se de maneira clara dos países com governos situados à esquerda do espectro político e deu novo impulso à construção da integração sul-americana. A União de Nações Sul-Americanas (Unasul), que se constituiu a 23 de maio de 2008 e entrou em vigor no dia 11 de março de 2011, tem o objetivo de criar um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Em outras palavras, propõe-se a realizar, no plano político, o que o Mercosul não conseguiu.

Se o Mercosul é, na visão brasileira, o modelo fundador da integração econômica sul-americana, devendo difundir suas práticas e princípios a outros países da região, na esfera política os problemas são ainda mais complexos. Os avanços no projeto brasileiro de integração, construído conceitualmente em décadas anteriores, mas iniciado – por que não? – no segundo governo Cardoso, provocaram uma reação dos países vizinhos que, em alguns momentos, recorreram ao conceito de América Latina e, concretamente, a governos como o mexicano e o colombiano para construir um contraponto às pretensões brasileiras.

Nesse sentido, a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), criada em conferência realizada na Riviera Maya (México), em fevereiro de 2010, englobou a Cúpula da América Latina e o Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) e o Grupo do Rio, servindo não somente aos propósitos de toda a América Latina, mas esvaziando, de certo modo, a Unasul. Os desafios que se apresentam ao Brasil nos próximos anos podem ser resumidos em duas ações diplomáticas básicas: alimentar e fortalecer o Mercosul e a Unasul, sem criar atritos na Celac, por meio de uma divisão clara e objetiva de atribuições; e demonstrar que o aprofundamento da integração regional pode ser benéfico para os vizinhos. Há, entretanto, um problema central: considerando as vulnerabilidades institucionais, as desigualdades sociais existentes e a voracidade do empresariado, somos um modelo de país capaz de seduzir os vizinhos?

UNINDO POTENCIAL E TECNOLOGIA

O embaixador do Reino dos Países Baixos, Kees Rade, conversou com a equipe do Boletim da ADB sobre investimentos no Brasil, a crise europeia e o ano da Holanda no Brasil, celebrado em 2011

Wagner Ulisses

Boletim da ADB – A Holanda é o país com mais investimentos produtivos no Brasil. Pesquisa realizada pelo Banco Central mostra que o país é responsável por 25,7% de todo o Investimento Estrangeiro Direto. Por que o investimento holandês no país é tão alto?

É importante destacar que a Holanda é uma economia muito aberta, há muitos séculos temos a tradição de produzir tanto para o mercado holandês quanto para o mercado mundial. Exportamos cerca de 70% de nossa produção, e o Brasil tem um mercado interno muito importante. A Holanda tem apenas 16 milhões de habitantes, por isso, precisamos exportar e investir muito no exterior.

Temos algumas multinacionais muito importantes no mundo, como a Philips, a Shell, a Heineken, a Unilever. Essas empresas investem muito fora da Holanda, e o Brasil claramente é um mercado tão importante para nós a ponto de receber, hoje, a mesma atenção que, por exemplo, os mercados da Europa. Acho que, quando você analisa os relatórios anuais das grandes empresas holandesas, pode ver que todos os países emergentes são o mercado do futuro, pois a demanda europeia, como sabemos, sofreu uma pequena estagnação.

Talvez a última razão para que essa cifra seja tão impressionante é que a Holanda tem um clima muito favorável para que empresas internacionais estabeleçam lá suas sedes. Temos uma economia altamente desenvolvida, um sistema tributário moderno e eficaz, oferecemos boa estrutura e alta tecnologia, a maior parte dos holandeses fala mais de uma língua, temos o aeroporto de Schiphol e o porto de Rotterdam. Por todas essas razões, muitas empresas instalam suas sedes na Holanda e, quando elas fazem investimentos no Brasil, isso é visto como investimento holandês, o que é um fator importante para explicar essa cifra.

Boletim da ADB – A crise europeia renovou o debate sobre políticas econômicas nacionais. Como a Holanda encara a revisão dessas políticas, o papel ampliado dos emergentes e a revisão das quotas no FMI?

O primeiro ponto é que claramente podemos dizer que há uma crise grave na Europa: as taxas de desemprego estão elevadas, sobretudo nos países do sul da Europa, como Grécia, Portugal, Espanha, Itália. A situação é séria.

Em segundo lugar, acho que, se os historiadores analisarem essa situação daqui a cinco ou dez anos, verão que o que fizemos na Europa nos últimos dois anos é bastante impressionante. Conseguimos encontrar soluções; foi possível fazer acordos sobre novas instituições, novos fundos e novos mecanismos que há três ou quatro anos não se cogitaria que poderiam se concretizar.

Se você afirmasse há cinco anos que um dia Bruxelas poderia multar um país que não respeita as decisões tomadas sobre o déficit que pode ter, diriam que isso é impossível, que Bruxelas nunca teria esse tipo de autoridade sobre as instâncias orçamentárias, sobre os ministérios da Fazenda, Bancos Centrais.

Hoje, todos os membros da zona do euro aceitam que Bruxelas tenha esse poder. Temos um fundo de cerca de 1 trilhão para garantir ajuda a países que precisam. Há dois ou três anos, isso seria incogitável.

Acho que os europeus vão sair dessa fase muito fortalecidos, com administração pública, orçamentos e reservas muito mais saudáveis que há cinco anos.

É uma fase difícil também para a Holanda. Decidimos poupar 16 bilhões, quantia elevada para um país do nosso tamanho. No início de março os membros da coalizão que forma nosso governo negociou uma poupança adicional de nove ou dez milhões de euros a mais do que já havia sido decidido. Houve cortes bastante difíceis na saúde, na educação, na cultura, no setor exterior também.

O que é interessante e importante destacar é que somos a 16ª economia do mundo, mas a Holanda é a primeira da lista das vinte maiores economias que não faz parte do G20. Participamos das primeiras duas reuniões do G20, mas depois, por muitas razões, não foi possível continuar na lista. Mas acho que temos os requisitos necessários.

Somos um país pequeno, mas temos grande interesse em participar dos debates da agenda do G20. Por razões geopolíticas, não somos membro do grupo nem do Fundo Monetário Internacional, pelas mesmas razões. Mas, pelo peso de nossa economia, achamos que seria justificável tomar parte nesse tipo de reunião.

Em 2011, ano da Holanda no Brasil, a organização Pelotão Laranja ajudou a divulgar o uso da bicicleta, um símbolo da maneira holandesa de viver, um meio de transporte saudável e bom para o meio ambiente

Boletim da ADB – E o que o senhor acha da pretensão brasileira em ocupar um assento no Conselho de Segurança da ONU?

O Brasil recentemente passou a ser a sexta maior economia do mundo, ultrapassando o Reino Unido, e provavelmente daqui a alguns meses será a quinta, acho que a França é a próxima vítima. Então, é claro que o Brasil tem papel importante, analisando as cifras e também o peso político do país, que mudou muito nos últimos dez anos.

Acho que o Brasil hoje em dia é um dos atores mais importantes das áreas política, econômica, financeira e empresarial, e acho que isso significa que o país tem de ter mais chances de participar. Sabe-se que o Brasil ambiciona ter cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU e vemos isso com bons olhos, mas a Holanda também tem interesse em participar ativamente, afinal Haia é a capital legal, jurídica, do mundo.

Desse ponto de vista, também esperamos um dia poder desempenhar um papel na discussão sobre a reforma do Conselho de Segurança e, por essa razão, achamos que não é bom tomar uma decisão muito explícita, porque isso faz que seja mais difícil atuar como intermediário entre diferentes grupos. Mas vemos com simpatia a ambição da Alemanha, do Brasil, do Japão e da Índia para ter um papel mais importante nesse tipo de decisões.

Boletim da ADB – O ministro da Agricultura e Comércio

Exterior, Henk Bleker, afirmou, no fim de 2011, que a área que oferece maior oportunidade de crescimento nas relações entre os dois países é o setor de energia. O senhor poderia detalhar essa questão?

Ele visitou o Rio de Janeiro porque, para nós, é uma parte muito promissora do Brasil. É lá que estão localizados a sede da Petrobras e o coração da indústria brasileira de petróleo e gás. A Holanda, em parceria com muitas empresas, tem grande interesse em colaborar com o Brasil no setor da energia.

Temos muitas empresas do setor de dragagem. Recentemente uma empresa holandesa firmou contrato com a OGX, de Eike Batista, para a venda de quatro navios muito tecnológicos por US$ 450 milhões. Também temos muitas empresas de alta tecnologia no setor de exploração, de exportação, de óleo.

Por isso, temos grande interesse em fortalecer nossas relações com a Petrobras, por ser a principal empresa do setor, e também com outras empresas. Levamos uma grande delegação holandesa para a feira Oil&Gas, e temos no Rio de Janeiro um consulado-geral para apoiar essas relações.

As empresas holandesas ativas no setor de navios fundaram a Holland Marine House, uma casa holandesa para a marinha, para representar seus interesses de uma maneira estrutural. A sede principal da marinha brasileira também é no Rio, por isso, temos o interesse de aumentar nosso contato com a organização a fim de oferecer alguns produtos, navios e outros serviços.

Boletim da ADB – O ministro Bleker também afirmou que outro setor de oportunidades é o de alimentos. O que tem sido feito a esse respeito?

A Holanda é o segundo exportador mundial no setor agrícola, atrás apenas dos Estados Unidos. O Brasil é o quarto ou quinto. É sempre difícil explicar como um país pequeno como a Holanda, que cabe 205 vezes dentro do Brasil, exporta mais que o outro.

A razão é que, na Holanda, agregamos valor aos produtos que importamos de outros países, como o Brasil. Tratamos esse produto e reexportamos com valor muito maior do que quando o importamos.

Temos uma indústria agrícola altamente desenvolvida. A Universidade de Wageningen é muito conhecida no mundo inteiro. Para dar um exemplo, um a cada quatro funcionários da Embrapa já visitou ou fez algum tipo de curso, estágio, mestrado ou doutorado em Wageningen. É curioso o fato de que a terceira língua da Embrapa seja o holandês.

A Wageningen tem também um escritório em Piracicaba, para atender a diversos projetos de universidades e institutos de pesquisa de todo o Brasil. Este país tem terra, sol e água, enquanto a Holanda possui tecnologia. Juntos, podemos nos desenvolver muito.

Um exemplo interessante da união entre tecnologia e o potencial brasileiro é a colônia brasileira de Holambra, no estado de São Paulo, onde agricultores holandeses que chegaram há 50 ou 60 anos. Hoje, eles são os maiores produtores de flores da América do Sul.

Boletim da ADB – 2011 foi o Ano da Holanda no Brasil. Quais os resultados dessa iniciativa?

A homenagem teve o objetivo de celebrar o centenário da imigração holandesa ao Brasil e organizamos 85 eventos especiais para comemorar esse ano. Uma vez que não temos os recursos financeiros de grandes países como França ou Estados Unidos, tivemos de nos focar em alguns eventos-chave. Conseguimos organizar alguns deles com o apoio do setor privado, o que foi um pouco novo para nós.

Um exemplo desses eventos foi um passeio de bicicleta cujo ponto de partida foi aqui, na embaixada em Brasília, e que contou com a presença do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz. O Pelotão Laranja ajudou a divulgar o uso da bicicleta, um símbolo da nossa maneira de viver, além de ser um meio de transporte saudável e bom para o meio ambiente. O Pelotão Laranja também saiu pelas ruas do Rio de Janeiro, onde contou com alguns milhares de participantes.

Um evento que não pôde ser feito em 2011 e que vamos fazer daqui a dois meses é um seminário sobre segurança internacional. Esperamos o ministro Patriota e nosso ministro de Relações Exteriores, Uri Rosenthal, que visitará Brasília e São Paulo em maio.

Educafro

MICRORREVOLUÇÕES

Um grupo de jovens diplomatas utiliza as técnicas de *crowdfunding* para promover atividades solidárias

Você já ouviu falar em *crowdfunding*? Para quem ainda não está familiarizado com o termo, trata-se de novo modelo de captação de recursos para projetos de pequeno ou grande porte que se tornou popular principalmente para financiar atividades culturais, como shows e exposições. Pela internet, um grupo propõe um projeto e todos os interessados em sua realização contribuem com uma quantia, que pode ser predeterminada ou não.

Em Brasília, um grupo de jovens diplomatas utiliza as técnicas de *crowdfunding* para promover atividades solidárias. O grupo, autodenominado Fundo de Diplomacia Solidária, tem como objetivo engajar colegas e amigos em ações para ajudar instituições e projetos que precisam de apoio. A ajuda pode acontecer na forma de dinheiro, ideias ou trabalho voluntário para a execução de alguma proposta. Desde dezembro de 2010, cinco projetos já foram executados e outros dois estão em fase de planejamento.

Apelidado por seus participantes de Microrrevoluções, o fundo funciona da seguinte maneira: quando um de seus integrantes encontra uma instituição que precisa de algum tipo de apoio, ele estuda o caso, avalia as necessidades do projeto e o apresenta para os demais participantes.

A segunda etapa do processo é fazer um orçamento detalhado das necessidades e, tendo conhecimento do valor necessário, iniciar o processo de arrecadação. Esta pode ser feita por meio de doações diretas em uma conta bancária

A ideia nasceu em 2006, quando quatro colegas fizeram uma "vaquinha" e arrecadaram R$ 600 para a compra de estantes para uma biblioteca comunitária no Recanto das Emas, cidade do Distrito Federal

criada para o fundo ou por meio de eventos que têm a renda revertida para determinado projeto.

Quando o montante é arrecadado, integrantes do fundo compram o material necessário e o entrega ao projeto. Em seguida, é feita a prestação de contas para todos os que doaram e participaram da ação, por e-mail ou pelo blog criado para divulgar as microrrevoluções.

PROJETOS RECENTES

A mais recente ação do fundo tem como objetivo apoiar o projeto "Enraizados na Arte", uma escola que ensina conceitos de cidadania por meio do hip hop para jovens de 10 a 16 anos da comunidade de Morro Agudo, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. O projeto mantém uma rádio comunitária online, utilizada para que os alunos exercitem o que aprenderam.

Um dos coordenadores do "Enraizados", Flávio Eduardo, mais conhecido como Dudu de Morro Agudo, foi a Brasília no início de janeiro deste ano como convidado de uma reunião da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Na ocasião, conheceu um integrante do fundo de Microrrevoluções que, ao entender melhor o trabalho feito em Nova Iguaçu, sugeriu ao grupo de diplomatas a ideia de colaborar com as necessidades da rádio online.

Dessa forma, o Microrrevoluções arrecadou R$ 3,4 mil para a aquisição de equipamentos técnicos como microfones, cabos, mesas de som. Até o dia 20 de fevereiro, metade desse valor já tinha sido coletada.

O grupo também está desenvolvendo maneiras de apoiar uma editora popular na Estrutural, cidade com o menor IDH do Distrito Federal. Após uma oficina promovida pela editora argentina Cartonera, moradores do lugar decidiram criar uma instituição para publicar livros artesanais feitos pela própria comunidade.

Os integrantes do Microrrevoluções acreditam que a iniciativa vai contribuir para a popularização da leitura e integração dos moradores, além de gerar trabalho e renda, desenvolver a cidadania, estimular a consciência ecológica e valorizar a identidade da comunidade.

Para arrecadar os fundos necessários para apoiar a editora popular, os integrantes do Microrrevoluções organizaram uma oficina de aquarela. A renda obtida com o pagamento do curso foi toda revertida para esse projeto, o sexto do grupo.

O INÍCIO

A ideia nasceu em 2006, quando quatro colegas fizeram uma "vaquinha" e arrecadaram R$ 600 para a compra de estantes para uma biblioteca comunitária no Recanto das Emas, cidade do Distrito Federal. Remoções e outros fatos da vida acabaram adiando a segunda iniciativa para 2008, quando outro pequeno grupo decidiu reformar o parquinho de uma instituição que abriga crianças sob risco social, que foram retiradas de suas famílias biológicas ou encaminhadas para adoção.

No final de 2010, novos integrantes se entusiasmaram com a ideia, e o fundo de Microrrevoluções teve o fôlego renovado. O primeiro projeto desse novo momento do fundo foi a doação de apostilas, livros, material administrativo e de apoio para cursos de pré-vestibular para estudantes de baixa renda.

Entre dezembro de 2010 e março de 2011 foram arrecadados R$ 10 mil, renda utilizada para comprar material para quatro cursos. Um deles é o Educafro Brasília, que ajudar a preparar os estudantes carentes para a prova de entrada na universidade. A instituição é uma das integrantes da rede Educafro, presente em todo o Brasil.

"Nosso público-alvo são garçons, empregadas domésticas, faxineiros, pessoas que querem se educar para construir um futuro melhor", explica o coordenador do

Rede Terra

Atividade da Rede Terra – Cooperativa dos Agricultores Familiares Ecológicos do Cerrado

Educafro Brasília, Fernando Benício dos Santos.

Segundo ele, alguns diplomatas já trabalhavam como professores voluntários do cursinho, dando aulas de Português, História, Literatura e Redação, e difundiram a informação entre os colegas. Foi assim que as necessidades da escola chegou ao conhecimento do grupo Microrrevoluções.

Santos afirma que o apoio oferecido pelo Microrrevoluções foi fundamental para que não houvesse evasão de alunos. "Muitos deles ficam com vergonha de nos dizer que não têm condições de comprar o material e abandonam o curso. Nós só temos a agradecer a iniciativa", afirmou o coordenador.

VERSATILIDADE

Outro projeto ajudado pelo Fundo de Microrrevoluções foi o reflorestamento de áreas degradadas em Cristalina, Goiás, em parceria com a Rede Terra – Cooperativa dos Agricultores Familiares Ecológicos do Cerrado. O fundo arrecadou R$ 2.050, doados por 22 pessoas.

A quantia foi utilizada para salvar uma importante nascente localizada no assentamento rural Vitória, em Cristalina, que alimenta o rio São Marco, que divide os estados de Goiás e Minas Gerais. A nascente atende a uma comunidade de 48 famílias, mas teve toda a sua mata ciliar derrubada antes de o assentamento ser criado, e corria o risco de secar.

A versatilidade do grupo também se mostrou na execução do miniprojeto de doação de cobertores para moradores de rua de Brasília. Em julho, época em que a temperatura nas noites da capital pode chegar a 10º, o grupo arrecadou R$ 700. Explicando o projeto para a loja em que comprariam as peças, os participantes conseguiram um belo desconto e saíram de lá com 85 cobertores.

Os integrantes do Microrrevoluções acreditam que, pela natureza da carreira diplomática, estabelecer vínculos de longo prazo com instituições e projetos é muito complicado. Por isso, optaram por fazer contribuições sociais de maneira pontual, mas eficiente.

Como Madre Teresa de Calcutá uma vez afirmou sobre seu próprio trabalho, a iniciativa dos jovens diplomatas pode ser considerada apenas uma gota no oceano. Mas, como completou a sábia senhora, sem essa gota, o oceano seria menor.

PARA CONHECER E AJUDAR:

Fundo de Microrrevoluções

Site:
http://fundodeiniciativas.blogspot.com/

E-mail:
microrrevolucoes@gmail.com

Educafro Brasília

Cursinho pré-vestibular para estudantes carentes.

Contato:
Fernando Benício dos Santos, coordenador.

Endereço:
911 sul, Paróquia Santo Antônio, Centro Catequético, Brasília-DF.

Telefone:
(61) 21016074 e (61) 96083859 (Fernando)

E-mail:
fbenicio2002@yahoo.com.br

Enraizados

Cidadania por meio do hip hop em Morro Agudo, Nova Iguaçu (RJ).

Contato:
Flávio Eduardo, mais conhecido como Dudu de Morro Agudo.

Telefone:
(21) - 27692207

Site:
http://www.enraizados.com.br/

OS DESAFIOS DOS NOVOS POSTOS

O que pode ser feito para assegurar a saúde e a segurança de funcionários brasileiros enviados para servir nos países em situação de ricos

O Brasil está expandindo suas fronteiras diplomáticas. Entre 2003 e 2011, foram criados 75 novos postos de representação brasileiros, a maioria deles localizados em países emergentes da África e da América Central, locais muitas vezes dotados de infraestrutura social precária, altos índices de doenças endêmicas e violência.

O falecimento da diplomata Milena de Medeiros em 26 de dezembro de 2011, depois de ter contraído malária quando estava em missão em Malabo, na Guiné Equatorial, impulsionou uma série de ações no sentido de evitar que casos semelhantes voltem a acontecer. Exemplo dessas ações foi o envio de uma carta assinada pelos 108 colegas da Turma 2009-2011 do Rio Branco, da qual Milena de Medeiros fez parte, para o ministro Antonio Patriota.

O trágico acontecimento estimulou o Departamento de Serviço Exterior (DSE) a aprofundar o processo de pesquisa sobre ações preventivas colocadas em prática por chancelarias de outros países. Paralelamente, em grupos de e-mail, diplomatas de diversas turmas recolheram informações em empresas e sugestões de colegas que já experimentaram dificuldades em postos localizados em regiões de risco (veja box com algumas sugestões).

No dia 1º de fevereiro, representantes do gabinete, da administração do MRE e de diplomatas reuniram-se para analisar a compilação de informações adquiridas e, com base nelas, buscar medidas que garantam a saúde e segurança de funcionários brasileiros em serviço no exterior.

Em entrevista concedida por e-mail, a equipe do DSE afirmou que "as sugestões foram muito úteis e algumas já estão em fase de implantação, tais como a inclusão, na Intratec, de cartilha informativa e a realização de palestras sobre temas relacionados à Medicina do Viajante nos cursos de remoção".

De acordo com o DSE, o Itamaraty está em processo de negociação visando à contratação dos serviços do Hospital das Forças Armadas (HFA) para orientação e aplicação de medidas profiláticas (realização de exames, tratamento e aplicação de vacinas), voltados aos servidores que viajam a regiões onde haja registro de epidemias ou endemias.

Além disso, palestras sobre medidas preventivas e orientações aos viajantes foram incluídas nos cursos de remoção, com o objetivo de melhor instruir o servidor sobre questões de saúde no exterior.

"Foi elaborada uma cartilha de orientação que passará a ser distribuída juntamente com outros folhetos explicativos. Uma nota de ciência também foi incluída nos formulários para a partida do servidor (PPV, MIS-2 e MIS-3), ressaltando a importância da leitura da cartilha e da realização de consulta médica antes da partida, além da necessidade de informação do SAMS sobre qualquer sintoma que possa acometer o servidor após seu retorno", declarou o departamento.

Perfil

Milena Oliveira de Medeiros nasceu em 1976, em Rio Branco. Advogada formada pela Universidade Federal do Acre, Milena veio sozinha para a capital estudar música na Universidade de Brasília. A moça tocava teclado, flauta doce, violão e violino. Sete anos depois, com um novo diploma, decidiu estudar para iniciar sua carreira diplomática. Entrou no Instituto Rio Branco em 2009.

A terceira-secretária partiu em missão para Malabo, na Guiné Equatorial, onde ficou entre os dias 20 e 27 de novembro. No dia 5 de dezembro, sentindo-se mal, procurou pela primeira vez o Hospital Brasília, que mantém convênio com o plano de Saúde do MRE. Voltou ao hospital no dia 7 e, três dias depois, foi internada. Só então a diplomata foi diagnosticada com malária. Seu falecimento ocorreu no dia de 26 de dezembro de 2011.

Propostas

Em grupos de e-mail, diplomatas de diversas turmas e outros servidores do MRE recolheram informações em empresas e sugestões de colegas que já experimentaram dificuldades em postos localizados em regiões de risco. Veja a seguir algumas das sugestões:

PREVENÇÃO

1. Implementação de rotina de viagem a cada país (variável a depender da duração da missão). O funcionário e seus familiares receberiam, além dos atendimentos individuais, recomendações gerais para prevenir doenças endêmicas no posto a que se dirigissem ("kit país"), bem como uma lista de serviços de saúde naquela cidade. Em casos especiais, o MRE poderia, ainda, disponibilizar medicamentos não disponíveis na localidade. Como parte de sua política de Medicina do Viajante, pelo programa de atendimento pré-viagem, a Odebrecht realiza consultas para ver se as pessoas estão aptas para a missão e fornece informações sobre o país de destino: vacinas, cuidados, estratégias de prevenção e como o funcionário deve agir caso apresente algum sintoma. Envia, ainda, uma "Carta ao Servidor" sobre as orientações que deverão ser seguidas.
2. Treinamento online sobre prevenção de riscos. O Departamento de Segurança (Department of Safety and Security – DSS) da ONU oferece curso online, aberto a qualquer interessado, sobre prevenção de riscos em viagens (http://training.dss.un.org). Sugestão de versão em português, em colaboração com a ONU, tendo em vista que dois dos funcionários responsáveis pelo curso são brasileiros.
3. Kit antimalária. Entrega aos servidores em viagem a zonas endêmicas de um "kit antimalária" com mosquiteiro portátil impregnado com inseticida – item que não é facilmente encontrado para venda –, dotação de repelentes adequados e folheto com instruções de uso.
4. Inclusão de informes periódicos ou uma coluna de especialistas sobre Medicina do Viajante nos canais de comunicação com funcionários (e-mail institucional, Intratec, Diplopedia, **Boletim** da ADB etc.) e/ou realização de campanhas internas de conscientização semestrais.
5. Instrução para que as embaixadas em área de risco façam levantamento das doenças endêmicas, do procedimento recomendado no caso de determinados sintomas, e dos principais médicos e hospitais aos quais se deve recorrer.
6. Incorporação do princípio de que a garantia da saúde do servidor deve ser prioridade e sobrepor-se a argumentos econômicos. Relembra-se o caso do servidor que sofreu uma trombose venosa ao viajar em classe econômica para o Sri Lanka, sem parada para descanso, com alegação de que isso encareceria os custos com a passagem aérea.

REGIÕES DE RISCO

1. Retirada de familiares dos diplomatas e funcionários administrativos do país afetado por distúrbios sociais, tão logo se configure situação de insegurança.
2. Rodízio entre postos durante conflitos. Em caso de conflagração que aumente o risco de sequestro de funcionários diplomáticos e incidentes afins, estabelecer rodizio de servidores entre postos próximos, para reduzir exposição a tais riscos. Algumas embaixadas em países tocados pela Primavera Árabe, por exemplo, têm adotado o procedimento no qual seus funcionários passam três semanas no país em questão, três em postos da região e três na respectiva Secretaria de Estado. A medida parece conciliar a segurança funcional com a necessidade de mantê-los em atividade e em contato com a realidade local, cujo conhecimento pode ser utilizado pelas embaixadas dos países vizinhos.

"Ela me faz muita falta, era minha filha única, minha conselheira. Era ela quem me ajudava em tudo, comprou uma casa para mim. O que me deixa mais triste é que podia ter havido orientação por parte do Itamaraty logo que a Milena voltou da África, porque ela avisou que estava doente", afirmou em entrevista por telefone para a equipe da ADB Raimunda Oliveira, mãe de Milena.

Milena deixou vários amigos no Itamaraty, como a diplomata Juliana Gomes, que a conheceu antes mesmo de cursarem juntas o Instituto Rio Branco – a irmã de Juliana estudou música com Milena. Além disso, as duas diplomatas eram vizinhas e, por isso, compartilharam muitas caronas para festas. O laço de amizade se fortaleceu quando fizeram juntas uma viagem para a Ásia Central. Visitaram Cazaquistão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Quirguistão e Turquia. "Milena tinha interesse pelo não convencional, curiosidade pelo diferente", afirma Juliana.

ATENDIMENTO/MONITORAMENTO

1. Criação de sistema de monitoramento de servidores que retornem de regiões endêmicas. O SAMS, faria contato com os funcionários, após o retorno de regiões com risco de endemias, para um questionário sobre suas condições físicas. Médicos da Odebrecht possuem um programa chamado "Busca-Ativa", que monitora quem vai e quem retorna de regiões endêmicas. O funcionário recebe ligações com o intuito de detectar precocemente a malária. A empresa acredita que não pode confiar apenas no indivíduo, pois a tendência do ser humano é subestimar ou banalizar sintomas – por isso providenciam o suporte do início (antes da viagem) até a volta do funcionário.

INFRAESTRUTURA

1. Gestões no Ministério do Planejamento com vistas à reestruturação do SAMS, que deverá contar com profissionais de saúde especialistas em doenças infectocontagiosas e Medicina do Viajante, além daqueles aptos a prestar atendimento ambulatorial de clínica médica.
2. Convênio com o Ministério de Saúde para:
   a) estabelecer protocolo para viagens a áreas endêmicas, com disponibilização de vacinas específicas;
   b) oferecer vacinas que compõem o calendário oficial brasileiro, mas que não são oferecidas à população em geral (por exemplo: hepatite "B", gripe e febre amarela);
   c) assegurar que exista em Brasília estoque de remédios e exames de endemias.
   d) reforçar que hospitais da rede pública estejam preparados para o atendimento na especialidade de Medicina do Viajante.
3. Promover alteração no contrato de plano de saúde com a Allianz, para que seja previsto que qualquer doença que um servidor adquira no exercício de suas funções profissionais tenha 100% de cobertura e reembolso.
4. Inspeção abrangente dos postos. As inspeções da Inspetoria-Geral do Serviço Exterior (ISEX) aos postos poderiam contar com a participação de especialistas em áreas de segurança, como médicos, bombeiros, policiais e arquitetos, para identificar problemas nem sempre evidentes. Esses profissionais poderiam lembrar aos funcionários procedimentos de segurança, como no caso de incêndio, por exemplo.
5. Requisitos de segurança das instalações dos postos. Determinação de requisitos mínimos de segurança e funcionalidade para as instalações em que se encontram a Chancelaria e a Residência em Postos – sobretudo aqueles de classificação C e D – que passem por situações de conflito e instabilidade. Designação de profissionais que possam assessorar os postos nesses temas, como também fiscalizar o cumprimento dos requisitos estabelecidos.
6. Treinamento de funcionários em idiomas locais. Há servidores lotados em países em instabilidade político-social que estão sujeitos a riscos à segurança em decorrência da dificuldade de obter informações sobre a realidade local, devido à barreira do idioma. Uma possível solução seria o cumprimento efetivo das disposições do Programa de Capacitação em Idiomas (PCIEX).
7. Transporte de valores por meio de companhias especializadas. Em postos de áreas conflagradas, há dependência de contratados locais e servidores do quadro para transporte de grandes somas de dinheiro, com risco à segurança pessoal. O correio diplomático é empregado, em alguns casos, para o transporte de valores. Tais operações deveriam ser realizadas por companhias especializadas.
8. Atenção a colaboradores externos a serviço do governo brasileiro. Incluir, no público-alvo das medidas do MRE de atenção à saúde dos viajantes, indivíduos que viajam a serviço ou a convite do governo brasileiro.

O DILEMA "WAGNER OU DIPLOMATAS BRASILEIROS

Les sots croient que plaisanter c'est ne pas être sérieux et qu'un jeu de mots n'est pas une réponse

Paul Valéry

Os amantes da ópera – entre os quais, felizmente, ainda há vários diplomatas – sabem bem como é difícil discutir, de maneira racional, a primazia de Wagner ou de Verdi. A questão é apenas suscitada e os ânimos exaltam-se, como em uma campanha presidencial, havendo muitos gemidos e ranger de dentes.

Também no âmbito da práxis diplomática um dilema apaixonante vem mobilizando corações e mentes: deveríamos privilegiar a formação de diplomatas especialistas ou respeitar a tradição brasileira, que sempre preferiu os generalistas?

Ao contrário, contudo, das disputas entre os partidários dos dois gênios operísticos, que não têm consequências mais graves do que o dispêndio de saliva, papel e tinta, o debate acerca do perfil dos futuros diplomatas terá repercussões importantes, uma vez que decisões equivocadas certamente afetarão o alto grau de qualidade que sempre caracterizou a diplomacia brasileira.

Penso que a opção mais racional para resolver esse nó górdio (sem o auxílio da espada de Alexandre...) seria adotar uma estratégia pedagógica – uma espécie de "Paideia diplomática" – que contemplasse, de maneira equilibrada, a capacidade de visões globais, de grandes panoramas – que é a marca do verdadeiro generalista – e a obstinação necessária à execução de tarefas específicas e prolongadas – que é o traço distintivo do especialista. Isso evitaria que passássemos, "sem escalas", de uma longa fase em que reinou o diplomata generalista, para outra, dominada pelo especialista, já que essa mudança brusca, longe de representar um progresso (num sentido positivista e ultrapassado), acarretaria, entre outras consequências, o empobrecimento do repertório e da criatividade da diplomacia brasileira.

Nunca é demais lembrar que o trabalho diplomático abriga, em sua complexidade, ao lado de funções como a negociação, a informação e o cerimonial, uma atividade que engloba, num certo sentido, todas as outras: a da representação. Esta, na nossa tradição, encontra-se associada a uma reflexão teórica - histórica, sociológica, filosófica, literária – acerca da natureza da identidade brasileira, reflexão essencial sob todos os aspectos, uma vez que dificilmente um diplomata estará em condições de representar adequadamente o seu país se não tiver antes refletido, de maneira crítica e consistente, sobre os valores, as tradições, a cultura, enfim, sobre tudo o que significa ser brasileiro. Assim, ao lado de intelectuais não diretamente ligados ao Itamaraty – como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Darcy Ribeiro –, um sem-número de diplomatas (de diferentes orientações político-ideológicas) contribuíram, com as suas teorias ou com a sua arte (e,

VERDI" E O PERFIL DOS DO FUTURO

muitas vezes, com ambas), para o aprofundamento da reflexão sobre o Brasil. Entre aqueles que já se foram deste mundo, podemos mencionar (sem nenhuma preocupação cronológica): Joaquim Nabuco, João Cabral de Melo Neto, Roberto Campos, Guimarães Rosa, Araújo Castro, José Guilherme Merquior e Vinicius de Moraes.

Ora, a decisão radical de privilegiar a formação de especialistas em muito dificultaria a continuidade da participação de diplomatas nessa reflexão, uma vez que é precisamente no grupo dos generalistas que mais amiúde encontramos os intelectuais nela envolvidos. Interromper-se-ia, assim, uma feliz tradição que remonta, inclusive, ao próprio Barão do Rio Branco. Este, muito embora tenha sido um grande especialista – pressupondo-se, é claro, que pudéssemos classificá-lo, com atrevimento iconoclasta, num único tipo funcional –, jamais deixou de cercar-se de intelectuais generalistas, de diversos matizes, capazes de fornecer subsídios às suas próprias reflexões acerca dos rumos que pretendia imprimir à política externa brasileira.

Deveríamos, portanto, estimular a constituição de uma base de diplomatas mais ou menos especializados em determinadas áreas de atuação, mas que, nem por isso, deixassem de ser criativos ou fossem incapazes de manter uma perspectiva macroscópica sobre o significado das suas tarefas. Em contrapartida, seria fundamental que o Itamaraty também pudesse contar com certo número de intelectuais críticos (na acepção de Karl Mannheim), capazes de formular visões ousadas – muitas vezes "heréticas" –, mas que são, amiúde, as únicas que de fato dão conta de fenômenos multidimensionais como são as relações internacionais no mundo globalizado.

Além disso, será preciso que a discussão acerca do perfil dos diplomatas brasileiros do futuro, diferentemente do que ocorre com a polêmica "Wagner ou Verdi", seja feita de maneira lúcida e sopesada, em consonância com o tom *low profile* que se espera do comportamento de pessoas que se dedicam à atividade diplomática, ou seja, será necessário enfrentar essa questão serenamente, sem lances operísticos.

CLÁUDIO LUIZ NOGUEIRA GUIMARÃES DOS SANTOS, escritor, artista plástico, médico e diplomata (terceiro-secretário), é mestre em Artes pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e doutor em Linguística pela Université de Toulouse-Le Mirail (França). Foi professor, entre outras instituições, do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, da Maestría en Diagnóstico y Rehabilitación Neuropsychológica da Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (México), além de conferencista convidado no Institute of Cognitive and Brain Sciences da University of California (ICBS) – Berkeley (EUA).

Blogs:

ARTES PLÁSTICAS:

http://claudiogs000virtualgallery.blogspot.com/

LITERATURA E ENSAÍSTICA:

http://perplexidadesereflexoes.blogspot.com/

Alex Amorim

"MEMÓRIAS" DO BARÃO DO RIO BRANCO

NOTA LIMINAR

Dentre os muitos papéis deixados pelo Barão no momento de sua morte, na mais completa desordem, encontrava-se um curioso caderno, que permaneceu obscuro durante muito tempo, cuja transcrição foi realizada com alguma dificuldade por este organizador, que esforçou-se ademais por colocar o texto numa ortografia a mais possível moderna. As anotações manuscritas do Barão, algumas datadas, outras simplesmente localizadas no espaço (a maior parte do Rio, outras de Petrópolis), foram feitas sem maiores indicações quanto às circunstâncias exatas de sua redação, a não ser alguma referência à agenda diplomática corrente, o que permite definir, em princípio, um momento provável de redação; elas foram feitas sequencialmente pelo Barão nos três anos seguintes ao seu aniversário de 1909, em momentos diversos e com humores diferentes, mas sem o cuidado de manter a estrita cronologia de um diário "normal".

Ou seja, o conteúdo do volume em questão não conforma exatamente o que poderíamos chamar de "memórias", no sentido corrente do termo. O Barão provavelmente pretendia – ao sentir o peso dos anos e o acúmulo de responsabilidades, depois de tantos presidentes a que serviu – deixar um testemunho sobre seu pensamento profundo – e verdadeiro – sobre os temas com os quais se entretinha. Rio Branco sentia necessidade de expressar-se de alguma outra forma que os telegramas e ofícios que mandava preparar sobre temas diversos, que as notas que redigia à intenção dos presidentes a que serviu – e eles foram muitos, mesmo que não pretendesse continuidade nas suas funções – ou que os muitos artigos de imprensa que redigiu ao longo dos anos, alguns até assinados com algum *nom de plume*, que ele escolhia ao sabor do momento, para defender-se de, ou atacar, algum inimigo concreto ou imaginário que ele detectava em certos editoriais e artigos de opinião não assinados.

As notas e inscrições rápidas do "caderno escolar" do Barão são, assim, mais uma espécie de "exercícios filosóficos" sobre as relações internacionais do Brasil, do que propriamente um registro fiel de sua labuta cotidiana à frente da chancelaria. Ele talvez quisesse utilizar os rascunhos do caderno como a hipotética base futura de um verdadeiro volume de "memórias póstumas", se o tempo e uma aposentadoria tranquila lhe tivessem permitido retomá-los em condições de lazer e de dedicação integral a tal tipo de empreendimento. Disso não temos certeza, pois nenhuma indicação concreta nessa direção foi deixada no caderno ou em qualquer um dos muitos papéis – numerosos, desordenados, alguns até incompreensíveis, fora do contexto em que foram criados e deixados ao léu – amontoados em seu gabinete de trabalho (e de residência, podemos dizer) ao longo dos muitos anos que passou naquele casarão da rua Larga.

Mas os elementos especificamente formais desse "caderno íntimo" do Barão interessam ao público de hoje em dimensão menor do que seu conteúdo propriamente político, e diplomático. O Barão tinha, sim, ademais dos cuidados triviais com a diplomacia corrente, uma visão de futuro para o Brasil, uma grande estratégia que ele não conseguiu formalizar em algum livro de história diplomática ou de síntese das relações internacionais do país, mas que ele provavelmente pretendia redigir a partir destas notas que, graças a um conjunto fortuito de circunstâncias, passamos agora a revelar...

Paulo Roberto de Almeida

Responsável pela transcrição e modernização da ortografia,a partir de manuscritos encontrados nos papéis deixados pelo Barão; títulos e intertítulos dos capítulos sob responsabilidade do organizador.

Por que decidi escrever estas memórias?

Petrópolis, 20 de abril de 1909

www.sxc.hu

Escritores são, em geral, fantasistas notórios; alguns deles, inclusive, chegam a ser mentirosos, o que, aliás, é próprio do seu ofício. Por isso, decidi rabiscar eu mesmo estas linhas, resumindo, embora a largos traços, a minha vida. Mirando-a retrospectivamente, não posso deixar de julgá-la bem-vivida, até agraciada pela Sorte, essa madrasta que nos persegue os passos, pensando causar-nos troças a cada etapa de nosso itinerário terrestre. Mas não pretendo lhe deixar esse prazer: ubique, eu mesmo cuido de minhas memórias, sobretudo se elas tratam da pátria!

Também o faço porque alguns dos meus colaboradores, e até os senadores da República, vêm se mostrando incomodados com a falta de relatórios da minha gestão à frente do Itamaraty, uma decisão que tomei desde o dia da posse, naquele, agora longínquo, dia de dezembro de 1902, numa das mais importantes inversões da minha já longa trajetória de vida. Sete anos atrás, não sabia se era justa a minha decisão de trocar a absorvente vida diplomática na capital da Alemanha imperial por esta cidade ainda cheia de mosquitos, de doenças endêmicas, com sua quota excessiva de miasmas, o que me obriga a subir regularmente a serra em direção ao meu chalé de montanha.

Não pretendo desculpar-me com meus colegas diplomatas pela falta dos relatórios anuais: pelo menos não corro o risco de lhes amarrotar a autoestima. Por isso, deixo o julgamento definitivo de meus atos aos historiadores do futuro, que por certo saberão encontrar o que buscam nos muitos documentos já acumulados em minha gestão; talvez até encontrem estas notas – que não sei quando terminarei – entre as pilhas de papéis que locupletam, na mais perfeita desordem, as várias mesas de meu gabinete. On n'est jamais si bien servi que par soi-même. *Mais, passons...*

Também quero deixar agora consignadas, neste mês de abril de 1909, as razões que me levaram a recusar, de maneira peremptória, firme e irrevogável, o generoso oferecimento de uma candidatura, praticamente vitoriosa, à presidência da República, certamente o cargo mais honroso que um homem público pode desejar, em qualquer país, em qualquer época. Confesso, tanto intimamente, quanto aos que lerem estas linhas em algum tempo do futuro, que não tenho a menor vontade – não digo de disputar eleições, já que estas, no Brasil, são feitas a bico de pena, e o candidato saído da convenção dos congressistas já é uma aceitação nacional – de assumir um cargo que me obrigará a tratar com os mesmos políticos que, no íntimo, eu desprezo, que considero particularmente medíocres ou que julgo incapazes e incompetentes para conduzir um Brasil atrasado à posição que ele mereceria ocupar na cena internacional.

O próximo presidente da República será, provavelmente, esse marechal teimoso como uma mula, mas timorato nas decisões, e que hesitou diversas vezes em lançar-se ao cargo, quando todos sabem que minhas preferências – a despeito das diferenças que acumulamos desde a conferência da Haia – estariam naquele brilhante advogado baiano, arrogante e vaidoso em suas pretensões de jurista internacionalista, ainda assim melhor preparado do que a mula fardada que se prepara para dirigir um país difícil como o Brasil. E talvez eu já não tenha mais forças para fazê-lo...

Minha aspiração – sem pretender chocar os que lerem estas minhas memórias desabusadas, algumas décadas mais à frente – é a de que o Brasil possa dispor, no futuro, de homens políticos mais bem preparados para o cargo, tribunos competentes e

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1910

educados, estadistas comprometidos com a dignidade das causas nacionais, sem essas nódoas de corrupção que nos maculam internacionalmente, sem o peso da ignorância abissal que infelizmente ainda marca muitos dos aventureiros e oportunistas que procuram cargos públicos, alguns inclusive por razões inconfessáveis. No momento, quero apenas estar em paz com minha consciência, mesmo sabendo que minha recusa em aceitar a candidatura à presidência praticamente colocará nesse mais alto cargo da República, em lugar de um jurista pretensioso, um militar que pode aprofundar o desmantelamento de nossas instituições de Estado, propenso como ele parece ser a continuar com essas viciosas políticas de intervenções nos estados. Não quero ser parte dessas vergonhas nacionais e pretendo encerrar minha gestão tão pronto o presidente Affonso Penna apenas termine a sua. Tenho ainda a resolver negociações já em curso de tratados de limites com o Peru e com o Paraguai, e antecipo uma concessão adicional ao Uruguai, para dar por encerrada minha obra de fixação definitiva de todas as nossas fronteiras. Depois disso abandono fraques e polainas, tão incômodos no calor carioca, e coloco definitivamente as chinelas...

(...)

[Militares e intelectuais: tão diferentes, tão semelhantes...]

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1910

O novo presidente da República, o Marechal Hermes da Fonseca, tomou posse hoje, numa cerimônia assez simple, feita de assinatura de livros de posse, dois discursos rápidos e poucas congratulações. Fui reconduzido nas mesmas funções em seu gabinete (que aliás ainda não está todo constituído), como tinham anunciado alguns meses antes os auxiliares do presidente eleito, mesmo sem ter me consultado, o que reflete duas coisas: ou benemerência sincera, em relação a meus serviços à frente desta Secretaria de Estado, ou arrogância desmedida, de quem se julga mestre de tudo e de todos.

O Marechal o fez a despeito de meus protestos de desprendimento ao cargo, o que eu já tinha demonstrado de sobejo. Como todos sabem, a candidatura à esta presidência me foi oferecida, de bandeja, se ouso dizer, mais de um ano atrás, coincidindo a pressão política em favor do lançamento de meu nome com o meu natalício dos 64 anos; creio ter feito muito bem em recusar. A despeito de ter uma eleição praticamente assegurada, uma vez que o congresso do partido ratifica o nome do candidato, nunca gostei, de fato, da vida política, pois acho os homens dessa sorte muito enfatuados, e dispostos a prometer qualquer coisa aos políticos que os elegem, o que apenas confirma meu desgosto da vida política. Sim, porque no Brasil não são os eleitores que determinam a vida política do país, e sim é o atual sistema de partidos estaduais que decide quem serão os "representantes" do povo.

Não fosse isso, dois outros fatores contribuiriam para me afastar desse mundo de pequenas trapaças e grandes enganações, como é a política no Brasil: as intervenções nos estados, o que vem gerando tensões insuportáveis não apenas no meio político, mas também no Judiciário; e o fato de termos uma Constituição contraditória, que permite tudo aos estados – depois de décadas de centralização monárquica – e lhes deixa numa situação de virtual liberdade, para contrair dívidas e conduzir os seus negócios como se fossem verdadeiros países soberanos; isso vai acabar por tornar periclitante a própria federação que os republicanos quiseram criar, contra os sãos princípios do Império.

Acresce a isso o fato de que eu sempre vi com muita simpatia a candidatura do Doutor Ruy ao cargo supremo da Nação, destino que lhe parece estar reservado em algum momento do nosso futuro, a despeito mesmo dessas frustrações que hão de ser temporárias. Não obstante os pequenos desentendimentos que ambos tivemos ao longo de todos esses anos de turbulências republicanas, a começar pela negociação com os bolivianos e, depois, o affaire Drago-Porter na segunda

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1910

conferência da Haia, eu considero o jurisconsulto baiano um dos homens mais preparados para governar um país quase ingovernável como o Brasil. E, apesar disso, de todas as suas qualidades e de suas propostas altamente necessárias num país de pouca inteligência política como o Brasil, o grande civilista Ruy foi derrotado pelo militarista Hermes, o que demonstra que, depois de tantas desventuras com seus caudilhos militares nas repúblicas irmãs do continente, nosso país também se deixa seduzir pelo charme pouco discreto dos homens da farda.

Explica talvez a vitória de Hermes – certamente conseguida à custa do famoso "bico de pena" – o fato de ser sobrinho do Marechal que inaugurou esse sistema anárquico em nosso país, quando estávamos tão bem na condição de única monarquia do Novo Mundo, uma verdadeira república neste continente de caudilhos, como aliás disse de nós um presidente venezuelano. Os militares de nossos turbulentos vizinhos sempre interferiram nos negócios internos desses países, talvez à falta de grandes ameaças à soberania nacional, como soe acontecer na Europa: por aqui eles cuidam mais dos soldos do que dos soldados inimigos; como os políticos relutam em aumentar-lhes a paga...

No Brasil, eu os respeito, mas de forma nenhuma os venero, pois sei que muita gente no partido militar tem inclinações que beiram o despotismo, como já nos demonstrou sobejamente aquele marechal das Alagoas, que disse que iria responder à bala qualquer intromissão de estrangeiros nos assuntos do seu governo. Não é coisa que se faça, obviamente, sequer que se diga, pelo menos não de público, ainda mais quando os estrangeiros já estavam de fato envolvidos na infeliz guerra fraticida que sacudiu esta bela capital, pelo fato de alguns dos bravos da marinha, que lutavam contra a ditadura do dito marechal, se terem homiziado em barcos estrangeiros. A "diplomacia" do Marechal não foi diplomacia nem aqui nem no Império chinês e Deus nos livre de um dia cair numa ditadura de marechais como esse de olhar mortiço, de língua solta e de sabre ainda mais folgado (se não são os canhões, que ele não hesita em mandar disparar, contras seus próprios companheiros). Espero que este Marechal que agora começa seu quadriênio, e que me tem amarrado ao seu governo, não tenha as mesmas ideias liberticidas...

Enfim, se o Ruy não vencer em alguma próxima eleição, em vista da sua idade, que bate com a minha (com 4 anos de vantagem), pode ser que o Brasil não tenha mais nenhum candidato dessa estatura intelectual nem nos próximos cem anos. Com efeito, olhando-se o panorama de miséria educacional brasileira, não se pode esperar por algum outro sábio do porte do Ruy antes de muito tempo; não quero tripudiar sobre o ensino do nosso Colégio D. Pedro II, onde já fui professor e conheço a qualidade dos seus mestres, mas o quadro da cultura em geral, e o da cultura política em particular, é lamentável. O ambiente político no Brasil tende a recrutar as piores vocações, os seres mais oportunistas, as inteligências mais medíocres, se nisso não vai nenhuma contradição.

Em contraste, os militares não são melhor dotados em inteligência, mas são mais bem organizados, dispõem, em todo caso, de uma máquina bem azeitada que, com exceção de algumas áreas da nossa magistratura, justamente (e nem todas, pois também frutas podres existem nesses meios), pode oferecer-lhes as condições ideais para que se ocupem das mais variadas funções no Brasil, pela razão, ou pela força, como dizem os chilenos. De fato, os únicos bons matemáticos e engenheiros que temos neste país são os que saem das escolas militares, pois no ambiente civil o que temos é uma pletora de bacharéis em direito. Como digo sempre, quem cria a riqueza de um país são os seus engenheiros e homens de ciência, pois a única coisa que, em geral, produzem os bacharéis e os intelectuais é o déficit público.

[A continuar...]

Alberto da Costa e Silva (coord.); Rubens Ricupero (colab.):

História do Brasil Nação: 1808-2010; vol. 1: Crise Colonial e Independência: 1808-1830

(Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, 280 p.; ISBN: 978-85-390-0275-7)

Dois diplomatas neste primeiro volume de uma coleção que está sendo preparada em coordenação com uma equipe espanhola, focando os 200 anos das autonomias latino-americanas: o próprio coordenador do volume, acadêmico Costa e Silva, que, ademais de assinar uma introdução sobre as "marcas do período", responde também por um primeiro capítulo sobre população e sociedade; Rubens Ricupero traça o panorama do "Brasil no mundo" nesse período, desde os fatores externos da independência até o fracasso da guerra na Cisplatina e o envolvimento de D. Pedro I com os problemas da ex-metrópole. Ambas as bibliografias são literatura secundária, mas dentre autores consagrados. Existem ainda capítulos sobre a vida política, o processo econômico e a cultura. Uma obra doravante indispensável.

Eugenio Vargas Garcia:

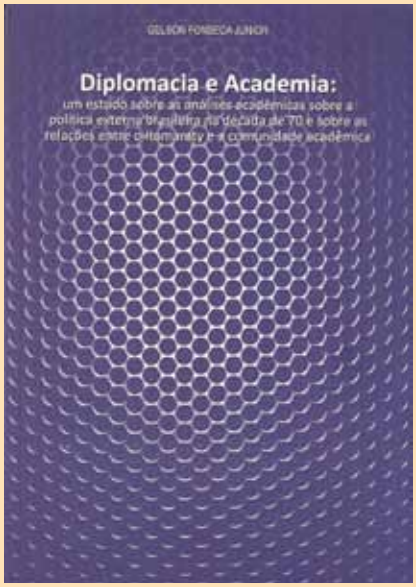
O Sexto Membro Permanente: o Brasil e a criação da ONU

(Rio de Janeiro: Contraponto, 2011, 458 p.; ISBN: 978-85-7866-044-4)

O autor vem construindo uma obra consistente de história diplomática brasileira: primeiro, pelo exame da participação – e espetacular saída – do Brasil na Liga das Nações; depois, pelo exame da política externa na década de 1920, passando também por compêndios cronológicos e de documentos históricos; agora, por esse muito bem construído relato histórico sobre nossa quase aceitação como membro do CSNU, em 1945. Como para as obras anteriores, a leitura cuidadosa dos arquivos brasileiros, a consulta a fontes externas indispensáveis, o encadeamento dos documentos e dos depoimentos, tudo isso numa linguagem fluída, como convém aos historiadores que escrevem para o grande público. O poder de veto foi usado de forma preventiva, contra o Brasil; sobrou um gosto amargo que alguns buscam hoje superar.

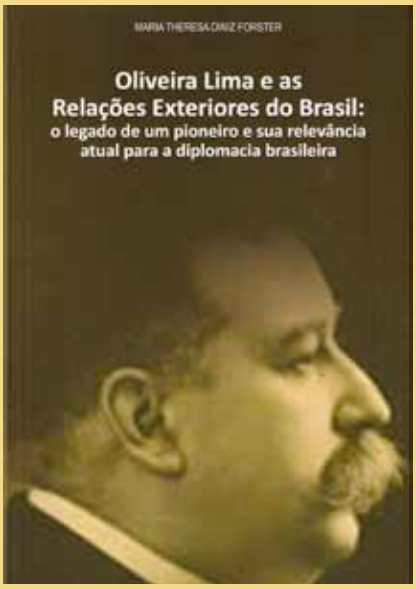
Gelson Fonseca:

Diplomacia e Academia: um estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 1970 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica



(Brasília: Funag, 2011, 248 p.; ISBN: 978-85-7631-349-6)

Trata-se de tese de CAE, defendida em 1981, e publicada pela primeira vez com pequenas alterações cosméticas: a temática está explícita no longo subtítulo e pode-se dizer que a tese inaugurou a abertura do Itamaraty à academia, com a criação do IPRI, em 1985 (como sublinham os apresentadores institucionais). O próprio autor faz um posfácio de esclarecimentos sobre como o trabalho foi construído, ainda no regime militar, mas já num momento de abertura gradual. Num prólogo, um dos membros da banca, o embaixador Rubens Ricupero destaca justamente o princípio democrático como o eixo central do trabalho, mas traça também o percurso de predecessores a esse tipo de trabalho. Os capítulos 2 e 3 da tese fazem um exame de toda a bibliografia relevante sobre a diplomacia brasileira publicada até final dos anos 1970.



Maria Theresa Diniz Forster:

Oliveira Lima e as Relações Exteriores do Brasil: o legado de um pioneiro e sua relevância atual para a diplomacia brasileira

(Brasília: Funag, 2011, 220 p.; ISBN: 978-85-7631-331-1)

Um dos mais importantes historiadores diplomatas, senão o maior, Oliveira Lima andava um tanto esquecido, a despeito mesmo da republicação de alguns dos seus livros nos últimos anos. Este "embaixador intelectual do Brasil" mereceu uma bem pesquisada tese de CAE, que, depois de traçado seu perfil biográfico, coloca em perspectiva suas contribuições à diplomacia brasileira, tanto a de cem anos atrás, quanto a atual. A autora compulsou todas as obras do "Dom Quixote Gordo", leu tudo o que se escreveu sobre ele e oferece suas próprias reflexões e ponderações sobre esse bibliófilo que morreu num exílio autoimposto e que legou sua preciosa biblioteca à Catholic University of America. Desavenças com figuras importantes da República estão na raiz desse limbo: uma grande perda, para a diplomacia e para o Brasil.

Sarquis José Buainain Sarquis:

Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil

(Brasília: Funag, 2011, 248 p.; ISBN: 978-85-7631-335-9)

Poucos diplomatas são doutores em economia; pouquíssimos, se algum, dispõem de sólido conhecimento em econometria como o autor; e provavelmente só existirá um, o próprio Sarquis, contemplado com um prêmio pela London School of Economics pela excelência de sua tese em macroeconomia e finanças internacionais. Estes méritos já revelam um pouco da qualidade desta tese de CAE que, não apenas estuda as relações que existem entre os dois conceitos do título, nos planos teórico e empírico, como também reconstitui a experiência brasileira – comparativamente a exemplos latino-americanos e asiáticos – nessas áreas e, mais importante, formula recomendações de política econômica externa, extremamente bem fundamentadas em setores como comércio, finanças e câmbio. Vale a recomendação de Adam Smith: o segredo está em educar sua população.

Ademar Seabra da Cruz Junior:

Diplomacia, desenvolvimento e sistemas nacionais de inovação: estudo comparado entre Brasil, China e Reino Unido

(Brasília: Funag, 2011, 292 p.; ISBN: 978-85-7631-327-4)

Poucos países poderiam ser tão diferentes entre si quanto os três escolhidos por este doutor em Sociologia pela USP, mestre em Filosofia das Ciências Sociais pela London School of Economics, para propor uma espécie de "diplomacia da inovação" no esforço brasileiro pelo desenvolvimento. Os exemplos selecionados são, de fato pertinentes, numa perspectiva "schumpeteriana-marxista", ainda que isso seja surpreendente, já que eles são "atores desiguais e assimétricos da globalização". No entanto, as políticas de China e Reino Unidos são ilustrativas de estratégias coerentes de inovação; o Brasil faria bem em estudar e adaptar certas características. Ambos, em suas dimensões próprias, têm muito a ensinar ao Brasil. O Itamaraty tem funções a cumprir nesse processo; o autor mostra quais são: montar redes de informação, conectar os diversos agentes nacionais e capturar parte de nossa diáspora científica.

Expediente

DIRETORIA DA ADB
Embaixador Guy M. de Castro Brandão – Presidente
Ministro Paulo Roberto de Almeida – Vice-presidente executivo
Ministro Carlos Augusto Loureiro de Carvalho – Diretor
Conselheiro Adriano Silva Pucci – Diretor
Secretário Rômulo Milhomem Freitas Figueira Neves – Diretor

CONSELHO FISCAL
Embaixador Oscar Soto Lorenzo Fernandez - Presidente
Conselheiro Francisco Hermógenes de Paulo
Conselheiro Murillo Basto Júnior

SECRETARIADO DA ADB
Gerente administrativo: Térsio Arcúrio
Assistente administrativa: Jacqueline Francisca da Cruz

ADB
Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XVII – nº 76
Edição Janeiro/Fevereiro/Março 2012 – ISSN 0104-8503

CONSELHO EDITORIAL
Guy M. de Castro Brandão
Paulo Roberto de Almeida
Adriano Silva Pucci
Carlos Augusto Loureiro de Carvalho
Rômulo Milhomem Freitas Figueira Neves

REPORTAGEM
Flávia Medeiros, Lívia Barreto

EDIÇÃO
Patrícia Cunegundes e Adriana Mendes

REVISÃO
Cecilia Fujita e Joíra Coelho

PROJETO GRÁFICO
Fabrício Martins e Wagner Ulisses

CAPA
Alessandro Santanna

DIAGRAMAÇÃO
Alex Amorim

IMPRESSÃO
Athalaia Gráfica e Editora

TIRAGEM
3 mil exemplares

liberdade de expressão
agência e assessoria de comunicação
Diretora responsável
Patrícia Cunegundes
(61) 3349 2561

ADB – Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ministério das Relações Exteriores – Esplanada dos Ministérios
Palácio do Itamaraty, Anexo I, 3º andar, sala 329–A
70170–900 – Brasília – Brasil
Fones: (61) 2030 6950 e 3411 8022 Fax: (61) 3411 0504
www.adb.org.br – *e–mail*: adb.diplomatas@gmail.com